

A CRÍTICA TRIDIMENSIONAL DO CONHECIMENTO DO REAL

Pe. Stanislaus Ladusâns, S.I

Pontificia Academia Santo Tomás de Aquino (Roma)
Associação Católica Interamericana de Filosofia - ACIF

Resumo: A crítica tridimensional do conhecimento do real. Partindo da fenomenologia do conhecimento e inspirando-se no *De Veritate* (I,9) de Sto. Tomás, a investigação gnosiológica pluridimensional considera o problema crítico do conhecimento, ressaltando fundamentalmente que o que garante e possibilita o valor da crítica exercida na reflexão completa é o autoconhecimento intuitivo tridimensional: a) a intuição do ato apreensivo como apreensivo do real; b) esta intuição aprofundada conhecendo a natureza apreensiva do intelecto como capacidade para apreender o real e não para o constituir; c) a intuição continuada e aprofundada ainda mais do nosso eu como o último sujeito cognoscente e consciente unificador.

Summary: Three critical dimensions of human knowledge. Moving from *De Veritate* (I,9) by Aquinas, the problem of the Knowledge of truth is phenomenologically inserted in total reflection, natural to man. Three critical dimensions of knowledge are emphasized: a) the intuitive knowledge of the apprehensive act, as apprehensive of reality; b) the intuitive knowledge of the apprehensive nature of intelligence as ability to understand reality, though nor to produce the intelligible object; c) the intuitive knowledge of the ego as both knowing and conscious subject, connecting the parts and functions of the dynamic structure of the ego in converging intentional entirety, where sensitivity, intuitivity and abstraction harmonize, in the formal possession of truth. The main theoretical co-ordinates of natural critical realism are so laid.

I. Introdução

A questão filosófica sobre o *valor cognoscitivo da ciência humana integral e seus limites*, bem como a sua *solução adequada* constituem hoje, como ontem, uma *exigência básica*

da vida e da cultura, não só do ponto de vista teórico, mas também *sob o aspecto prático*. A atual problemática econômica, política, jurídica e social, a educação, a construção da personalidade, a religião, a filosofia da moralidade envolvem, em última análise, de uma ou de outra maneira, a *consideração correta do problema gnosiológico*, problema perene e universal do espírito humano, indagador em profundidade: possui ou não o conhecimento humano o *valor real*? Tem ou não os limites? Apesar de tanto filosofar noético, de que fala a história, a exigência gnosiológica hoje é viva e bem forte.

O mencionado problema foi articulado e debatido, com uma atenção especial e formulação técnica, por R. Descartes — latinamente Cartésio — (1596-1650), J. Locke (1632-1704) e I. Kant (1724-1804). A problemática gnosiológica constitui uma característica peculiar também do filosofar de Sto. Tomás de Aquino (1224-1274), como isto é evidenciado, quer do ponto de vista fenomenológico, quer do ponto de vista crítico, pela excelente e ainda pouco aproveitada obra de Pedro Hoenen sobre a concepção gnosiológica do juízo no sistema do Filósofo do século XIII¹.

Eis uma breve análise introdutória do tema: a Crítica Tridimensional do Conhecimento do Real. A Crítica Tridimensional — aspectos da avaliação do nosso conhecimento no captar o real — tem na presente investigação o sentido *fundamental*, de que trata a crítica geral do conhecimento e não se refere às dimensões críticas especiais do conhecimento, de que trata a gnosiologia crítica peculiar, abordando o valor cognoscitivo das modalidades do nosso conhecimento, como, por exemplo, da experiência, dos conceitos, da indução etc. O *real* significa na investigação *o que é, o ente*, em oposição ao *aparente*. Este termo não significa aqui tampouco o *ente ideal* — *irreal* — *ente de razão (ens rationis)*, que pode existir só como conteúdo de pensamento. O ente de razão é, pois, *ente no sentido impróprio*. Também o *possível* — o que não é, mas pode ser — não é ente real, porque o possível, embora não signifique o nada total, é inteligível só como uma essência por uma referência ao ser, que não possui. Com o possível estamos, pois, na *essenciologia* e *não na ontologia* ou metafísica geral, que trata do *ente como ente*, sendo que o primeiro termo “ente” deve ser entendido *materialmente como multiplicável*, significando “entes” — minerais, plantas, animais, etc.

O segundo termo “ente” tem o sentido *formal*, não multiplicável, significando o *objeto formal da metafísica*, isto é, o aspecto transcendental, sob o qual esta ciência, fundamentada pela gnosiologia, considera todas as realidades, enquanto nos leva a entender tudo à luz da essência referida ao ser, quer no sentido *geral* (metafísica

1. *La théorie du jugement d'après St. Thomas D'Aquin*, 2ª edição, 1953, Roma, Pontificia Universidade Gregoriana, p. 384. Esta obra é traduzida para o inglês, com o título: *Reality and Judgment according to St. Thomas*, feita competentemente por H. F. Tiblier, Chicago, Henry Company, 1952. Obra importante, fruto de 20 anos de meditação do conhecido cosmólogo P. Hoenen, foi utilizada e louvada por G. Giannini no seu lúcido artigo polêmico, na revista *Aquinas*, 1 (1958): 46-58.

geral), quer no sentido *especial*, considerando à luz do ente o homem, o mundo e Deus (metafísicas especiais). Assim resulta elucidada introdutoriamente a *originalidade* da questão crítica do conhecimento no conjunto das questões filosóficas e práticas.

II. A gênese do problema crítico do conhecimento

A *exigência crítica*, comum a homens de todos os tempos, reivindica em nós, como a consciência intelectual o testemunha, os direitos legítimos para examinar o valor real e os limites do nosso conhecimento, bem como para constituir uma gnosiologia válida². O *fator primordial* desta exigência é o apetite natural da felicidade do nosso eu, o qual nos incita veementemente para que o intelecto mesmo se examine em profundidade e se certifique quanto ao seu valor cognoscitivo do real, a fim de proporcionar-nos a consistência clara e a garantia total da validade da metafísica e da ética, necessárias para a solução lúcida do problema do último sentido da vida. Há uma série de *fatores específicos próximos* da gênese do problema crítico do conhecimento, que pressupõem o mencionado fator primordial, isto é, o nosso eu, suficientemente amadurecido, sedento naturalmente de felicidade, que repercute dinamicamente nos fatores secundários, próximos, da articulação da dita gênese. Eis, estes fatores específicos próximos!

16.

Assim, o *desejo natural de saber*, estimulado pela sede da felicidade do nosso eu, como todos os outros fatores próximos, influi para suscitar, também no homem de hoje, a busca das condições necessárias e das causas da validade do nosso conhecimento da verdade.

Além desta angústia, consubstanciada no desejo natural de saber, há no homem de hoje *outra angústia*. Esta angústia é causada pela agitada vida atual, saturada de tensões passionais e pela apostasia do real, que se opera gradativamente no campo cultural e vivencial pelos desvios filosóficos durante vários séculos. O materialismo e o ateísmo de várias modalidades estão penetrando na vida e na cultura dos povos. Daí resulta a ausência das grandes certezas, em que o homem atual experimenta o vazio interior. Acontece que muitos hoje, na ânsia das profundas certezas autênticas, agarram-se aos *slogans*, utopias, idolatrias, superstições, demagogias e ideologias militantes, caindo em seguida nas ilusões, decepções e amarguras de toda sorte. O espírito atribulado assim, está buscando, apesar de tudo, a felicidade: vive com maior agudeza o problema da verdade e da certeza — o problema crítico do conhecimento.

2. Mais recentes publicações do Prof. Ladusàns a respeito: *Verdade e Certeza*, 3ª ed., 1986, Rio de Janeiro, Presença, p. 59; "Riflessione critica e conoscenza della verità", *Filosofia Oggi*, 1 (1989): 17-25.

O erro é um novo fator próximo na gênese do problema crítico do conhecimento. Experimentando o erro, ficamos surpreendidos pelo impacto que ele causa na nossa consciência intelectual. A falsidade nos aborrece, infelicita. Somos levados assim a refletir sobre o conhecimento do ponto de seu valor para proceder com maior atenção as nossas faculdades cognoscitivas, a fim de não mais errar.

Também o *fato de conflitos* entre os homens aguça a nossa consciência crítica a respeito. As *contradições entre os filósofos*, como uma espécie de escândalo para a consciência humana, referem-se não só à interpretação da realidade, mas também à hermenêutica do nosso conhecimento, quanto ao seu valor real.

Os *céticos* negam o valor do conhecimento humano: não temos, nem podemos ter a certeza de que conhecemos a verdade. A posição radicalmente oposta — o *dogmatismo exagerado* admite a certeza do conhecimento da verdade sem examinar os títulos do respectivo valor. Deprimem assim a consciência crítica. Os *racionalistas* exaltam o valor da razão humana, esvaziando o nosso conhecimento sensitivo. Os *empiristas*, ao contrário, exaltam o nosso conhecimento sensitivo, esvaziando o nosso conhecimento intelectual. Uns, pois, "intelectualizam" os sentidos, declarando o seu conhecimento como um conhecimento "intelectual inferior"; outros "sensificam" o intelecto, declarando o seu conhecimento como um conhecimento "sensitivo superior". Se em Cartésio e ainda em Kant o centro de preocupações filosóficas era o "homem-pensamento", mais tarde processou-se não só a ruptura do pensamento com a experiência sensitiva e com outros dados evidentes da descrição fenomenológica do nosso conhecimento, mas também a ruptura com o mesmo pensamento humano, pondo-se no centro de tudo o "homem-ação" no sentido pragmatista — *marxismo*; o "homem-sentimento", o "homem-paixão" — *pansexualismo*, etc. Interpretando mal o conhecimento humano, processou-se, pois, por etapas sucessivas, a *apostasia da realidade*, do pensamento, da autenticidade axiológica.

No mundo de hoje verificamos assim uma crise de grandes proporções, que tem como causa, em última análise, a *crise gnosiológica*, que impede a solução do problema da dignidade e da felicidade humanas. O eu humano, sedento da felicidade, reagindo, incita veemente a *superar* esta crise, levando a consciência crítica a examinar a fundo o conhecimento na sua estrutura dinâmica, no seu aspecto fenomenológico e crítico, nos seus limites, nas suas relações com a ação, com o sentimento etc., isto é, há hoje uma necessidade urgente para constituir a *autêntica gnosiologia realista* como base segura da metafísica e da ética.

III. *Gnosiologia Pluridimensional*

A ordenação lógica da vasta problemática atual sobre o valor cognoscitivo da ciência humana integral, bem como a sua solução organizada sistematicamente, conforme as exigências do filosofar realista de hoje, constituem a *gnosiologia* ou a teoria do conhecimento. Esta disciplina, *fundamental* na filosofia, na cultura em geral e na vida em todas as suas dimensões, deve considerar, para que seja consistente, *todos os dados* inegáveis a respeito e *todos os aspectos* da complexa questão gnosiológica, que exigem antes de tudo, à base da fenomenologia do conhecimento, uma consideração atenciosa das mencionadas *dimensões críticas gerais*, que são três e que constituem o assunto da presente investigação. A crítica tridimensional fica inserida assim na *gnosiologia pluridimensional*, em oposição ao filosofar *gnosiológico unidimensional*, unilateral e ideológico, que considera apenas este ou aquele aspecto do nosso conhecimento, mutilando-o, diminuindo-o ou, também destruindo-o radicalmente, bem como, às vezes, supervalorizando-o ao exagero.

Esta gnosiologia arbitrária — *gnosiologia unidimensional* — que anula no seu subjetivismo relativista as dimensões essenciais da solução do problema crítico fundamental, é *rejeitada decididamente por Sto. Tomás de Aquino*, como isto consta claramente pelos numerosos textos, disseminados na sua obra monumental, que, sistematizados, formam uma *gnosiologia pluridimensional*. Atualizada e revigorada hoje, ela consta de três partes: fundamental, especial e dialogal. Esta *trilogia gnosiológica* leva a considerar integralmente a variedade dos dados e dos aspectos do conhecimento da verdade e nos auxilia a estruturar com equilíbrio o *realismo crítico*, valorizando altamente, em oposição às negações do subjetivismo hiper crítico moderno e contemporâneo, o nosso poder crítico *natural*, que preserva o filosofar da ruptura com a realidade. A mencionada obra de P. Hoenen, situada dentro do contexto do filosofar gnosiológico atual, o evidencia competentemente. Assim subsidiada, a presente investigação visa estruturar a *crítica fundamental tridimensional*.

Nesta perspectiva crítica, o gnosiólogo não pode ser arbitrário e, por isso, não pode descuidar a *fenomenologia* do conhecimento natural da verdade. Esta fenomenologia constata analítica e objetivamente, em virtude de um *exame gnosiológico universal* dos conteúdos do conhecimento espontâneo pré-filosófico, que se impõe inegavelmente o *dado natural* do conhecimento da verdade com certeza, descrevendo a variedade das *situações mentais* em relação à verdade, indicando os *elementos constitutivos* do co-

nhecimento da verdade, como ela se dá naturalmente, caracterizando atenciosamente, com a atitude de sinceridade e neutralidade, a *estrutura dinâmica natural*, que leva o nosso eu a captar o real ciente e conscientemente.

A *atitude mental correta*, que se impõe logicamente em relação ao conhecimento natural espontâneo e metódico das ciências particulares, não é a dúvida real universal, mas o mencionado *exame gnosiológico universal*, efetuado pela análise fenomenológica reflexivo-introspectiva dos conteúdos cognoscitivos pré-gnosiológicos, *acatando* o que se manifesta naturalmente como legítimo e inegável, *legitimando* o que exige de ser legitimado, *pondo em dúvida* o que se manifesta como duvidoso, *rejeitando* como falso o que se encontra naquele exame errôneo.

É *incorreto o método da dúvida real*, estendida universalmente a todos os dados e princípios do conhecimento pré-filosófico, como isto é praticado por tantos gnosiólogos modernos e contemporâneos, hipercríticos, em oposição ao dado evidente do nosso eu autoconsciente de ser cognoscente e naturalmente crítico no conhecer. O gnosiólogo hipercrítico, seguindo aquele método, não tem a possibilidade de sair logicamente da dúvida real universal, pois naquela relação ele não pode apelar coerentemente para algum dado certo ou princípio evidente do conhecimento. O conhecimento humano num tal subjetivismo dogmático é *totalmente rejeitado*, como isto resulta, usando uma comparação, quando alguém, querendo construir, começa por destruir o material de construção, temendo a priori que aquele material seja estragado e inapto. Além disso, um tal gnosiólogo subjetivista cai numa *contradição intrínseca*, porque, se ele reflete, não pode duvidar que duvida, que existe etc. Não duvidar, pois real e universalmente antes do processo gnosiológico para examinar depois o conhecimento pré-gnosiológico, porque então resulta logicamente impossível todo e qualquer exame, mas *examinar universalmente* o conhecimento em questão e duvidar só então, quando este exame encontra razões para duvidar!...

Resulta, pois, que a vida intelectual pré-filosófica prepara e exige a gnosiologia científica bem estruturada, que começa com o mencionado exame gnosiológico universal, o qual constitui a verdadeira "*aurora*" do reto filosofar. Este exame não é senão a *fenomenologia do conhecimento*, tão recomendada recentemente, de um ou de outro modo, por E. Husserl (1859-1938) e por outros fenomenólogos, ligando a teoria do conhecimento ao filosofar gnosiológico pluridimensional de Sto. Tomás e de Aristóteles, em conformidade com a penetrante crítica do subjetivismo dogmático, feita corajosa e competentemente pelo maior filósofo russo Vladimir Sergeevic Solo'ev (1855-1900).

IV. Uma grave denúncia gnosiológica

A história da gnosiologia manifesta que várias falhas graves na reflexão crítica sobre o conhecimento humano resultaram por causa do lamentável *descuido fenomenológico*. Como uma consequência desastrosa do mencionado descuido resultou na filosofia moderna e contemporânea o *puro subjetivismo*, relativista e cético, que eliminou da realidade quer o sujeito cognoscente, quer o objeto cognoscível. O *racionalismo exclusivista* e o *empirismo exclusivista*, duas formas radicais daquele subjetivismo, são examinadas minuciosamente e rejeitadas decididamente por Vladimir Sergeevic Solov'ëv na sua dissertação doutoral "*Krizis zapadnoj filosofii*" (1874), obra de grande valor, mas pouco conhecida no Ocidente³.

Quanto ao *puro subjetivismo racionalista* da filosofia ocidental, a tese crítica do filósofo russo, grande artífice de ordem e organização das idéias na história do pensamento filosófico, é expressa no seguinte *silogismo*: "1. (*Maior* do dogmatismo) — O que verdadeiramente é é conhecido aprioristicamente. 2. (*Minor* de Kant) — Mas no conhecimento apriorístico se conhecem somente as formas do nosso conhecimento. 3. (*Conclusio* de Hegel) — *Ergo* as formas do nosso conhecimento são o que verdadeiramente é". Ou também, como Solov'ëv mesmo resume silogisticamente a falsa tese do puro subjetivismo racionalista: "1. Nós pensamos o que é. 2. Mas nós pensamos somente conceitos. 3. *Ergo* o que é é conceito"⁴.

Quanto ao *puro subjetivismo empirista, radicalmente exclusivista, formalista e unidimensional*, a tese crítica condenatória de Vladimir Sergeevic Solov'ëv, promotor, como Sto. Tomás, do universalismo gnosiológico realista, é expressa no seguinte *silogismo*: "1. (*Maior* de Bacon) — O que autenticamente é é conhecido na nossa experiência real. 2. (*Minor* de Locke e outros) — Mas na nossa experiência real se conhecem somente os diversos estados empíricos da consciência. 3. (*Conclusio* de Mill) — *Ergo* os diversos estados empíricos da consciência são o que autenticamente é"⁵.

V. O caminho corretivo

Tendo em vista as dimensões críticas do conhecimento do real, perguntamos a esta altura: Qual é o caminho que devemos trilhar para efetuar as respectivas correções gnosiológicas? — Respon demos: o caminho certo para corrigir os erros gnosiológicos

3. "La crisi della filosofia occidentale", tradução italiana, Cooperativa editoriale "La Casa di Matriona", publicada, juntamente com alguns outros escritos de Solov'ëv, no ano de 1986, Milano, Italia, p. 440.

4. Trad. ital. citada, p. 192; cfr. também a p. 212.

5. Trad. ital. citada, p. 194; cfr. também a p. 212.

racionalistas e empiristas é a exata *análise fenomenológica* do conhecimento natural como de um dado inegável, fundamentando deste modo as dimensões críticas do autêntico realismo, quer na sua parte geral, quer na sua parte especial. Não só! Este mesmo caminho leva a *relacionar-se* corretamente com as gnosologias unidimensionais. Este relacionar-se não é assumir a atitude de pura rejeição, nem da pura aceitação, mas a atitude de um *lúcido diálogo crítico*, negando o que é errôneo naquelas gnosologias, aceitando os seus elementos válidos, integrando-os em seguida, conforme as exigências da inculturação gnosiológica. Este método da distinção à luz das evidências é o clássico método da filosofia cristã: *distingue frequenter*.

Para que este método dê bons resultados, o gnosiólogo deve descobrir, antes de tudo, o que ensina a *fenomenologia da relação do sujeito e do objeto*, dois elementos constitutivos do conhecimento da verdade. Resulta assim a descoberta inequívoca de que no nosso conhecimento da verdade não há *objetividade sem subjetividade*, nem *subjetividade sem objetividade*. O nosso conhecimento envolve não só o *modo* pelo qual conhecemos, que é *subjetivo*, mas também o *que* conhecemos, que *não é subjetivo*. Isto resulta claramente em virtude da análise dos dados da abstração intelectual e da reflexão completa. *Falsa é*, pois, a tese de que o que conhecemos é a representação ou a idéia da coisa e não a coisa em si. A mesma análise rejeita também como *falsa a tese* que não admite, além da sensação, a intelecção, o conhecimento humano superior. O realismo crítico, baseado na fenomenologia do conhecimento, nos oferece, pois a *conciliação justificada* da subjetividade e da objetividade, do conhecimento sensitivo e do conhecimento intelectual. O autêntico realismo crítico esclarece a fundo e fundamenta solidamente também a *harmonia* entre a razão humana e a fé cristã, distinguindo-as, mas não separando-as na pessoa concreta do cristão. A fé cristã é fundamentada pela autoridade de Deus revelante, antes racionalmente conhecido com evidência. O saber racional tem o seu fundamento último na evidência objetiva. Articulando assim a mencionada harmonia, a gnosologia realista rejeita, antes de tudo, o *ceticismo niilista*, que não admite o valor da razão, nem, por conseguinte, a fé. A razão sem fé — eis o *racionalismo*, também rejeitado pelo realismo crítico, que constitui uma defesa racional da fé cristã. A fé cristã sem razão — eis o *fideísmo*, também rejeitado como inconsistente pelo realismo crítico. Fé e razão — eis a tese harmonizante do *realismo crítico*, que ensina que a fé cristã é racional (não racionalística!), porque ela tem a evidência de credibilidade: os *preâmbulos racionais*. O autêntico realismo crítico, pois, é *capaz de contribuir muito* para estruturar a harmonia entre a razão e a fé cristã, porque ele é enraizado, através da fenomenologia do conhecimento, *na realidade* e, seguindo a tese da ordenação natural

do intelecto para o *ente* como seu objetivo formal, é radicalmente aberto ao real em toda a sua amplitude, ilimitadamente; supera assim a gnosiologia unidimensional do racionalismo exclusivista e do empirismo exclusivista.

É precisamente isto que empolga Vladimir Sergeevic Solov'ev a tal ponto, que ele, um realista decidido, reconhece sinceramente, no seu discurso de 24 de novembro de 1874 na Universidade de S. Petroburgo, que "nos melhores momentos do Cristianismo os seus representantes mais esplendorosos souberam unir uma fé sincera com uma grande profundidade filosófica"⁶. Certamente entre estes filósofos cristãos de "fé sincera" e de "grande profundidade filosófica" figura Sto. Tomás de Aquino, insigne "arquiteto" da grandiosa síntese filosófico-cristã, baseada no *realismo crítico natural*, enaltecido como modelo de restauração filosófica na encíclica *Aeterni Patris* de Leão XIII⁷, com quem Solov'ev, contemporâneo, tem uma certa afinidade de idéias. Exatamente, este mesmo realismo crítico, que transcende os tempos, é articulado ulteriormente na presente investigação sobre dimensões críticas do conhecimento do real. A gnosiologia de Sto. Tomás nos auxilia a respeito com um subsídio valioso.

6. Trad. ital. citada, p. 438.

7. Esta encíclica, de 4 de agosto de 1879, foi comemorada pelo Primeiro Congresso Mundial de Filosofia Cristã, organizado pela Associação Católica Interamericana de Filosofia (ACIF), em colaboração com a Sociedade Católica Argentina de Filosofia (SCAF), no mês de outubro de 1979, por ocasião do centenário de sua promulgação por Leão XIII. Tema geral do Congresso: "A Filosofia do Cristão, hoje". As atas do Congresso têm 5 vols., p. 2301, Córdoba, Argentina.

VI. As articulações do realismo crítico de inspiração tomista

8. Eis o famoso texto de S. Tomás, que contém a justificação do juízo, *De Veritate*, I, 9, no original: "Dicendum quod veritas est in intellectu et in sensu, sed non eodem modo. In intellectu enim est sicut consequens actum intellectus operationem, secundum quod iudicium intellectus est de re secundum quod est. Cognoscitur autem ab intellectu (veritas) secundum quod intellectus reflectitur supra actum suum, non solum secundum quod cognoscit actum suum, sed secundum quod cognoscit proportionem eius ad rem; quod (quae) quidem cognosci non potest nisi cognita natura ipsius actus; quae cognosci non potest nisi cognoscatur natura principii activi, quod est ipse intel-

Estas articulações relacionam-se com a *reflexão completa*, na qual a gnosiologia encontra uma *fonte*, que a beneficia grandemente, sobre vários pontos de vista.

Uma ampla ilustração das bases fenomenológicas do realismo crítico, contida na primeira parte da mencionada obra de P. Hoenen e concentrada sobre o juízo em Sto. Tomás, dentro do contexto gnosiológico atual, faz emergir a *crítica tridimensional*, desenvolvida na segunda parte da mesma obra. Considerando o problema crítico fundamental do conhecimento, a presente investigação inspira-se no 9º artigo da primeira questão do *De Veritate* de Sto. Tomás e ainda em *outros textos* de sua obra⁸.

Examinando metodologicamente este dado natural — a reflexão completa — pela introspecção fenomenológica, podemos *descrevê-lo analiticamente* da seguinte maneira, na perspectiva da articulação das dimensões críticas do conhecimento do real: a reflexão completa é a *volta intencional* do objeto inteligível, conhecido an-

teriormente pela simples apreensão, *a este mesmo ato intelectual, descobrindo-o como cognoscitivo do real* e experimentando neste ato o mesmo intelecto como *faculdade apreensiva do real*, bem como atingindo, ao mesmo tempo, o sujeito último do conhecimento, que é o *nosso eu*, realizado cognoscitivamente, com plenitude, na diversidade convergente de seus atos intencionais. Refletindo brevemente sobre este dado natural — a reflexão completa — utilizamos, pensando assim o pensamento, a expressão metafórica de “*volta*”, bem familiar, proveniente do mundo material, que pressupõe a “*saída*”: a simples apreensão, a qual tende para o objeto inteligível, *capta algo*. Porém, esta captação intencional é conhecida como tal só pela reflexão completa, que é precisamente a “*volta*” do inteligível apreendido ao ato apreensivo, descobrindo-o como de fato apreensivo de tal ou tal *essência* inteligível relacionada com o *ser*, isto é, descobrindo a verdade: a conformidade ao real. Isto é um dado espontâneo natural. Precisamente *este dado* fenomenológico inegável nos *prepara* para a questão crítica, já ilustrada na sua gênese, bem como para a sua solução.

É um fato de que *pensamos o pensamento como pensante algo inteligível*, diferente do pensamento. Mesmo quando pensamos o pensamento em si, o pensamento pensado revela-se como algo diferente do pensamento pensante. Quando o *olho vê*, vê o objeto colorido, mas *não vê a visão* do objeto. Quando o *ouvido ouve*, ouve o som, mas *não ouve*, nem pode ouvir a *audição* como audição do objeto sonoro. É um dado inequívoco da experiência interna de que o *ato intelectual* é essencialmente diferente do conhecimento sensitivo, qualquer que ele seja, porque através do ato intelectual entendemos não só o objeto inteligível, mas também *entendemos a intelecção*, “ *vemos a visão do objeto, isto é, o ato intelectual prolonga-se autopenetrando-se: entende que entende o inteligível, sabe que sabe algo*. Precisamente este é o momento da *descoberta da verdade*, atingindo que o *inteligível é real* e que o *real é inteligível*. Nesta auto-transparência transcendente, o ato intelectual, saindo da imanência, *prolonga-se e descobre*, por meio da apreensão entendida como apreensão do real, o mesmo *intelecto* como faculdade capaz de apreender a realidade e o *nosso eu*, *unificador* do *nosso conhecimento* na sua *plenitude total*. O fruto deste processo, naturalmente crítico, é o *juízo*, afirmativo ou negativo. Há, pois uma *estrutura cognitiva natural*, que se processa dinamicamente com uma teleologia e espontaneidade constante. Conforme este rumo, o *inteligível* resulta no *nosso conhecimento primordialmente do dado sensível*, oferecido pelos sentidos. Assim a experiência externa inicia um *processo natural*, porque o intelecto lê, em virtude de sua capacidade abstrativa natural, *no sensível o inteligível*, prosseguindo

lectus, in cuius natura est ut rebus confermetur. Unde secundum hoc cognoscit veritatem intellectus quod supra se ipsum reflectitur” (“Devemos dizer que a verdade está tanto no intelecto, como nos sentidos, porém não da mesma maneira. No intelecto [a verdade] encontra-se como consequente o ato intelectual e como conhecida pelo intelecto, enquanto o juízo do intelecto é sobre a coisa conforme ele é. [A verdade] é conhecida pelo intelecto, enquanto o intelecto reflete sobre o seu próprio ato, não só enquanto conhece o seu ato, mas enquanto conhece a sua proporção à coisa; o que [a qual-proporção] não pode ser conhecido senão após conhecer a natureza do mesmo ato, que não pode ser conhecida senão conhecendo a natureza [cognoscitiva] do princípio ativo, que é o próprio intelecto, cuja natureza [cognoscitiva] é conformar-se às coisas. Resulta, pois, que o intelecto conhece a verdade enquanto reflete sobre si mesmo”) Cfr. também *In IV Met.*, 1,4; *In Peri Herm.*, 1,3; *S. T.*, 1, 16, 2; *S.C.G.*, 1, c. 59; *De Ver.*, q. 14, a. 1 etc.

espontaneamente, após a operação abstrativa total do primeiro grau, no processo abstrativo com aquisições de *novos conteúdos inteligíveis*, que originam, respectivamente, uma série de reflexões completas e, por conseguinte uma série de juízos correspondentes. Origina-se em seguida uma multiplicidade de *dados internos*, objetos da consciência intelectual, juntamente com a intuição do nosso *eu como sujeito destes dados*, resultando a *experiência interna*, diferente da experiência externa, sensível.

A experiência interna oferece um conjunto de *dados concretos novos*, dos quais, não mais sensíveis, se origina uma *série nova de abstrações* e, por conseguinte, uma *série nova de reflexões completas* sobre estes novos conteúdos inteligíveis, resultando assim uma *série nova de juízos*. Nascem assim não só os juízos das ciências psicológicas e lógicas, mas também os *juízos noéticos*, originando-se eles em virtude das reflexões sobre a natureza cognoscitiva das operações intelectivas e da própria faculdade intelectual, bem como sobre a natureza cognoscitiva dos atos cognoscitivos sensitivos e das faculdades cognoscitivas sensitivas e sobre as noções primitivas de verdade, conhecimento etc. A estrutura dinâmica unitária do nosso conhecimento deste modo *se repete*, num *paralelismo perfeito* admirável, elevando-se não sobre a base da experiência externa, mas sobre a *base nova da experiência interna*. Ressaltamos insistindo: experiência interna como uma *base nova* das operações intelectivas paralelas, *abstração de novo tipo*, *novas reflexões* correspondentes sobre os conteúdos inteligíveis destas simples apreensões novas, *novos juízos a respeito!*...

Descobrimos, pois que o *ponto de partida comum destes processos paralelos* é a *simples apreensão*, que se refere a um dado concreto externo ou interno. Surge então um *problema novo*, originado pela *exigência crítica*, já caracterizado na sua gênese com uma atenção especial. Como formulá-lo? Este problema novo tem a *seguinte formulação*: o que é que garante o valor da crítica, exercida pela reflexão completa sobre o conteúdo inteligível da simples apreensão? *O que é que garante, que possibilita no juízo a verdade da afirmação ou da negação?*

Respondemos em seguida na presente investigação: esta garantia encontra-se na *reflexão completa*, que conhecemos já nas dimensões fenomenológicas, pontos de partida para estruturar a respectiva avaliação crítica. A reflexão completa revela no nosso conhecimento do real *três dimensões críticas*: 1^a) a *dimensão da descoberta crítica do conhecimento do real*; 2^a) a *dimensão do conhecimento crítico da nossa capacidade de conhecer o real*; 3^a) a *dimensão do conhecimento crítico do nosso eu no conhecimento do real*.

VII. A concatenação crítica tridimensional

Eis em resumo aquelas três dimensões críticas do conhecimento do real, explicitadas pelas reflexões metodológicas, desenvolvidas sobre a reflexão completa como um dado natural, ressaltando que o que garante e possibilita o valor da crítica exercida na reflexão completa é o *autoconhecimento intuitivo tridimensional*: 1ª) a *primeira dimensão crítica* do conhecimento do real consiste na *intuição* do ato apreensivo como apreensivo do real (ente); 2ª) a *segunda dimensão crítica* do conhecimento do real consiste na *intuição* aprofundada conhecendo a natureza apreensiva do intelecto, ligada indissolivelmente ao conhecimento intuitivo da natureza cognoscitiva do ato apreensivo, o qual manifesta a natureza cognoscitiva da nossa faculdade intelectual como capacidade para apreender o real, para captar o real, para adequar-se ao real e não para constituir ou produzir o objeto inteligível; 3ª) a *terceira dimensão crítica* do conhecimento do real consiste na mesma *intuição*, continuada e aprofundada ainda mais, do nosso eu, que se manifesta através do ato do intelecto como o último sujeito cognoscente e consciente, princípio da unidade da consciência crítica, unificando as partes e funções da estrutura dinâmica em uma totalidade convergente, na qual se integram entre si as contribuições de caráter sensitivo, abstrativo, intelectualmente intuitivo e a qual se ordena teleologicamente para a conquista formal do conhecimento do real de uma maneira especificamente humana — para a posse da verdade com certeza.

Assim se caracteriza, em síntese, o *realismo crítico natural*, que exige, em seguida, as respectivas análises justificativas, ressaltando em cada uma das dimensões críticas a contribuição da *intuição* que, diferente do conhecimento abstrativo, significa a experiência intelectual dos dados presentes ao intelecto de um modo concreto e singular.

1. A primeira dimensão crítica do conhecimento do real

A reflexão completa é crítica. Refletindo sobre o ato da simples apreensão, o intelecto descobre criticamente a natureza cognoscitiva deste ato, isto é, conhece que o ato *apreensivo é apreensivo do real*. O ato apreensivo, prolongando-se, volta sobre si mesmo, conhece que conhece: ele revela-se como manifestativo do real, que o influencia, determina, especifica. Procurando saber criticamente o que é exatamente que garante, que possibilita o valor do conhecimento do ato apreensivo como apreensivo do real, deve-

mos responder que aquela garantia é oferecida pela *intuição, pela maneira intuitiva do conhecimento de que o ato apreensivo é apreensivo do real*. Se aquele conhecimento fosse um novo ato abstrativo, como o ato da simples apreensão, resultaria um processo infinito nos atos abstrativos, que eliminaria definitivamente a possibilidade de conhecer a verdade. É naturalmente “*previsto*” para que isto não aconteça, porque há uma *certeza intuitiva*, resultante da intuição, que não é um novo ato, mas o *momento culminante do prolongar-se autopenetrante do mesmo ato cognitivo*, que possibilita assim a descoberta da verdade, isto é, a conformidade do conhecimento ao real, sem que resulte o verbo do conhecimento abstrativo. Tendo o nosso intelecto como o *objeto formal*, portanto como *fim*, o real ou ente, como isto certifica a análise dos nossos juízos verdadeiros, a simples apreensão é *impulsionada teleologicamente* para ultrapassar o conhecimento da essência e, prolongando-se, descobrir, de uma maneira consciente, o respectivo *ser*, isto é, descobrir que assim, como está representado pela apreensão, é ou não é, pode ser ou não pode ser. *Sabemos então conscientemente que sabemos*.

A *garantia*, pois, que o juízo apresenta, consiste no fato de que ele é resultado de uma reflexão sobre o conteúdo inteligível da simples apreensão, conhecendo *intuitivamente* que o ato apreensivo é apreensivo do real, isto é, descobrindo *indubitavelmente* a verdade de tal ou tal ato apreensivo como fundamentada sobre a sua natureza cognoscitiva. Quando a validade da crítica exercida sobre o conteúdo inteligível da simples apreensão é *garantida*, sabemos conscientemente que sabemos. Quando falta aquela garantia, sabemos que não sabemos. A *possibilidade da garantia crítica* do nosso conhecimento do real (da verdade) consiste, pois, no dado do conhecimento do ato cognoscitivo como cognoscitivo *pelo mesmo ato cognoscitivo continuado e transparente a si mesmo intencionalmente*. Este autoconhecimento é uma *experiência interna intelectual*, de caráter *propriamente intuitivo*, diferente, portanto, da sensação, da abstração e do raciocínio. Com outras palavras: aquele conhecimento é a *consciência intelectual direta*, que, sendo de caráter intuitivo, oferece uma *infalibilidade especial*, a qual é de grande importância na solução do problema crítico do conhecimento.

A reflexão completa, que implica aquela auto-avaliação intuitiva, processa-se criticamente em *muitas direções*. Não poucas vezes ela, em consonância com o nosso modo corporal de ser, recorre, em busca da objetividade realista, à colaboração dos *sentidos*, sempre num ritmo espontâneo natural, para apurar, respectivamente, a veracidade dos atos cognoscitivos sensitivos. Porém, há processos, em que a reflexão completa se dirige para a apreensão intelectual e *não sai da esfera intelectual*, descobrindo a realidade do conteúdo

inteligível apresentado. Originam-se assim os juízos necessários universais. Exemplo: o homem é racional. Noutras vezes a reflexão completa *penetra até o fantasma*, que apresenta um dado sensível, descobrindo assim uma determinação objetiva — o “é” — que constitui o elemento necessário para produzir um juízo necessário singular. Exemplo: este homem é racional. O fantasma neste caso põe *em condições* o intelecto, para que ele descubra que assim, como está apreendido, é, isto é, o elemento necessário e inteligível para poder emitir o juízo. Porém, o intelecto *não depende totalmente* do dado sensível da imaginação, porque o “é” é descoberto *somente* pela faculdade intelectiva, manifestando-se assim o elemento necessário para pronunciar o juízo. É importante ressaltar aqui que resulta assim a justificação crítica do valor cognoscitivo do *ato imaginativo* e, por conseguinte, da mesma *faculdade imaginativa* — fantasia — como faculdade cognoscitiva a seu modo. Conduzida por este processo, em que o objeto sensível notifica o ato imaginativo e este a faculdade imaginativa, a inteligência descobre não só o valor cognoscitivo da imaginação, mas também o fato da *subordinação* desta faculdade sensitiva ao conhecimento intelectual do real.

Este processo crítico natural vale em relação a *outros* sentidos internos. Eles servem, pois, não só para utilidade biológica do homem, mas *também* para o conhecimento do real.

A reflexão completa vai, às vezes, além do ato imaginativo para descobrir o “é” e penetra até o ato da *percepção* dos sentidos externos. Por exemplo, para que possamos saber se esse homem — João — está sentado, recorreremos ao serviço da visão ou do tato. Não basta imaginar para admitir isto como verdadeiro. É necessário que seja consultado o *ato da percepção sensorial*, para que o intelecto se encontre em condições de encontrar o “é” ou o “não é” e, em seguida, emitir o juízo contingente, afirmando ou negando. Neste processo o *motivo* para emitir o juízo não é o ato da percepção sensível consultado, mas, como no caso anterior da consulta da imaginação, o “é”, descoberto exclusivamente pelo intelecto, o *elemento necessário* (estando sentado João, por exemplo, não pode estar não sentado ao mesmo tempo) e *inteligível*. Este processo natural mostra o *valor cognoscitivo dos atos* da percepção e, por conseguinte, *dos sentidos externos* — faculdade sensitivas como cognoscitivas de maneira própria. Por este processo espontâneo (objeto sensível — ato de percepção — sentido externo) o homem adquire uma persuasão natural firme de que os sentidos externos — vista, ouvido, tato, olfato, gosto — *são faculdades autenticamente cognoscitivas* e servem não só para a utilidade biológica do homem, mas também para o *conhecimento do real*.

Desta maneira a reflexão completa ou total exerce o *controle crítico* e encerra em si virtualmente a justificação do valor cognoscitivo dos atos imaginativos e perceptivos das *faculdades cognoscitivas inferiores* que concorrem naturalmente, auxiliando o nosso poder intelectual na descoberta do real, isto é, o põem em condições de *poder descobrir*, como os casos indicados ilustram, que assim como está apresentado é ou não é e *produzir* assim criticamente os respectivos juízos. Pelo exercício espontâneo e natural das suas faculdades cognoscitivas, o homem tem uma *persuasão pré-gnosiológica* de que seus atos imaginativos e outros da sensibilidade interna, bem como os atos perceptivos, possuem o valor cognoscitivo. O homem espontâneo, porém, *não reflete metodicamente* para saber expressamente de uma maneira científica, como ele chegou a esta persuasão firme sobre o valor cognoscitivo destes atos cognoscitivos e, por conseguinte, das respectivas faculdades sensitivas, isto é, dos sentidos externos e internos, que a *descrição fenomenológica* do conhecimento humano ressalta conforme a metodologia: *objeto sensível — ato sensível* manifestado pelo objeto — *faculdade* sensitiva manifestada pelo ato. Fazemo-lo criticamente nesta investigação à base dos dados fenomenológicos, chegando assim a *juízos críticos explícitos* sobre o valor cognoscitivo dos nossos sentidos. Eles prolongam o alcance da reflexão completa na *descoberta do real*. A *unidade* substancial do nosso eu, como sujeito cognoscitivo *sensitivo-intelectivo-intuitivo*, fundamenta esta continuidade entre os sentidos e o intelecto. Porém, *só o intelecto é capaz* de avaliar o conhecimento sensitivo, ressaltando o seu alcance natural, como faz também em relação ao conhecimento próprio, superior, descobrindo metodicamente o alcance real, que ele possui naturalmente. Assim se impõe a *exigência para integrar* a primeira dimensão crítica do conhecimento do real com as duas outras, desenvolvendo ulteriormente o realismo crítico natural, "aurora" do realismo integral.

2. A segunda dimensão crítica do conhecimento do real

Conhecendo o real, experimentamos concreta e intuitivamente o nosso *intelecto* na sua presença atuante. Este é o conhecimento existencial concreto de tal ou tal intelecto, isto é, do meu intelecto *pessoal*. Esta experiência intelectual é uma intuição propriamente dita ou, exatamente, a *continuação aprofundada da intuição*, caracterizada pela investigação anterior, referente à primeira dimensão crítica do conhecimento do real. Assim o intelecto pessoal de cada um de nós, intelecto reflexivo, capta intuitivamente no seu ato apreensivo ou, melhor, *experimenta no próprio ato apreensivo o que ele é como faculdade cognoscitiva*, alcançando o máximo da infalibili-

dade humana. O intelecto concreto, o intelecto meu pessoal, atuando reflexivamente, *descobre*, por meio de seu ato apreensivo, *a si mesmo como uma faculdade de caráter apreensivo*, isto é, como faculdade para *conformar-se ao real*.

Em seguida, elevando-se deste dado concreto da intuição ao abstrato, num processo noético indutivo, chegamos a conhecer a *essência mesma* ou a natureza do nosso intelecto como faculdade, existente *não para criar a realidade inteligível, nem para modificá-la*, mas para *conformar-se*, para adequar-se às coisas, para *aprender*, para *captar* o real. O homem espontâneo possui persuasão natural disso. Somos naturalmente conscientes de que possuímos a *capacidade de conhecer o real* e que *esta capacidade consiste em descobrir a realidade*, em adequar-se às coisas no sentido realista e não no sentido semi-idealista ou idealista. Esta persuasão natural espontânea manifesta-se de várias maneiras. Assim, por *exemplo*, quando o homem espontâneo *detesta* os que andam “com a cabeça nas nuvens” e louva os “assentados” ou “ajuizados”, que se dirigem pela realidade... O pré-gnosiólogo passando, ao chegar a uma certa maturidade intelectual, ao nível mais alto do filosofar gnosiológico, sendo fiel “à sinceridade interior, *não perde* aquela persuasão realista em relação ao próprio intelecto, *mas a aceita* como perfeitamente *legítima e fundamental* para a continuação ordenada da reflexão filosófica. Há, porém, uma *diferença*. O homem espontâneo não possui a gnosiologia *explícita* da capacidade intelectual para conhecer o real. O seu conhecimento explícito refere-se ordinariamente “às coisas, prevalentemente externas, de que julga, sendo o conhecimento da capacidade intelectual apenas *implícito*”. O gnosiólogo ordenado, concentrando-se sistematicamente dados da consciência intelectual, *explícita metodicamente* aquela gnosiologia implícita rudimentar, a atualiza e defende.

Há, pois, um *duplo conhecimento* da nossa capacidade de conhecer o real: natural e científico. Este conhecimento é *natural*, quando, conhecendo espontaneamente a verdade, atingimos implicitamente a nossa capacidade cognoscitiva. Este conhecimento é *científico*, quando refletimos metodicamente sobre o mencionado conhecimento intuitivo e o explicitamos ordenadamente, constituindo assim uma *doutrina noética sistemática*, a fim de que possamos *continuar o nosso filosofar com vigor e dialogar* frutuosamente com as gnosiologias unidimensionais, conforme o método do crítico do “*distingue frequenter*”, para assumir organicamente os seus *elementos válidos* ou, como diria Solov’ev, para praticar a assunção “por transfiguração”.

É importante que a esta altura concentremos a nossa atenção perguntando: *O que é propriamente o intelecto humano como faculda-*

de cognoscitiva? Em que consiste exatamente a sua natureza cognoscitiva? Consiste na capacidade informativo-criativa, constituindo o inteligível em virtude de um juízo “sintético a priori” ou numa capacidade de caráter diferente? Sendo o intelecto auto-transparente e aberto a si mesmo, o que é que ele capta nesta auto-transparência de si mesmo como faculdade intelectiva?... *É importante esta pergunta*, insistimos, para que, filosofando sobre o intelecto humano, o concebamos exatamente tal qual ele é como poder e não o desumanizemos, exagerando ou deprimindo o seu alcance.

A reflexão fenomenológico-crítica sobre os dados da reflexão completa evidencia claramente que a *natureza cognoscitiva* do nosso intelecto, manifestada pelo seu ato apreensivo, consiste em *apreender o real*, em conformar-se ao real e *não em constituir ou produzir* o objeto inteligível à maneira kantiana ou hegeliana. *É este* o nosso intelecto e não qualquer outro: *ele tende*, no seu ato de conhecer, *para o real*, a fim de adequar-se ao real sob tal ou tal ponto de vista. Ele é, pois, conforme a sua natureza cognoscitiva, *apreensivo e não exaustivo* ou compreensivo, que esgote toda a inteligibilidade da realidade. O nosso intelecto é *especificamente humano*, isto é, não de um espírito puro, mas de um *indivíduo corporal*, dependendo naturalmente, no seu ponto primordial de partida, das *coisas sensíveis*, que lhe oferecem o *inteligível*, haurido pela abstração. Por isso, o nosso intelecto é *sucessivo, progressivo* no seu conhecimento do real — é abstrativo-reflexivo e raciocinante.

Porém, examinando-o gnosiologicamente no seu dinamismo *como intelecto*, descobrimos nele uma certa *predeterminação ou predisposição natural*, uma certa *prefiguração ou estruturação natural*, um *poder natural transcendental apriorístico* para conhecer tudo o que é realmente sob a *perspectiva do real como real*, sob a perspectiva do *ente como ente*, referindo sempre alguma *essência* ou, melhor, algo de essencial, *ao ser*. Saindo desta perspectiva, o nosso intelecto *não conhece a verdade*; seguindo a luz inteligível do ente, *conhecemos a verdade*. Aquela perspectiva é o *objeto formal* ou *fim* do intelecto humano. O intelecto *tende naturalmente* para conhecer tudo o que é, como real, o ente como ente. Por isso, o nosso intelecto é *naturalmente metafísico*, é *ilimitado na sua abertura*, tem um *horizonte infinito*, é uma *tendência natural para infinito*.

O nosso intelecto conhece, sob este prisma, à luz do ente como ente, também as *coisas materiais*, o *mundo material*, tendo naturalmente a *idoneidade de sair da imanência espaço-temporal*, de transcender tudo o que é material. Em virtude desta aptidão, o nosso intelecto é *capaz de conhecer* de algum modo, raciocinando analógica e analogamente, o *Real Supremo*, o Ser Subsistente. Isto

se verifica enquanto o nosso intelecto é ilimitado na sua abertura e na sua tendência natural; porém, ele é *incapaz de esgotar toda a inteligibilidade da realidade*, como isto se verifica no conhecimento do Intelecto Infinitivo de Deus. Progredindo sem cessar no conhecimento do real por *haustos sucessivos*, o intelecto humano revela-se como *limitado*, precisamente em consonância com seu modo de ser como faculdade de um indivíduo corporal, embora conserve a espiritualidade. Entramos assim na consideração de uma série de questões importantes, que se relacionam especificamente com a *gnosilogia do nosso eu como sujeito cognoscente* e, por conseguinte, com a *terceira dimensão crítica do conhecimento do real*.

3. A terceira dimensão crítica do conhecimento do real

Descobrimo na auto-avaliação intuitivo-crítica o intelecto como faculdade cognoscitiva, resulta patenteado apenas o sujeito próximo do nosso conhecimento do real. E qual é o *sujeito último* deste conhecimento? — eis uma pergunta nova. Buscando a resposta a esta pergunta, o *recurso introspectivo*, num prolongamento da investigação crítica, aos dados noéticos da nossa consciência intelectual, *manifesta* que o sujeito último daquele conhecimento é o *nosso eu*. O conhecimento consciente do objeto real na reflexão completa não se dá senão *intuindo* que o ato cognoscitivo é *meu*: *sou eu que conheço a realidade, eu sei conscientemente o que é*. O nosso eu se manifesta assim como *agente central*, que *unifica subjetivamente* a diversidade dinâmica da atividade cognoscitiva que capta o real. É o nosso eu que dá a *unidade* à ciência consciente, à consciência criticamente ciente.

A mencionada unificação subjetiva *não significa o subjetivismo* exclusivista moderno e contemporâneo, rejeitado decididamente por Solov'ev. A gnosilogia moderna e contemporânea, concentrada radicalmente na consideração do sujeito, oferece *alguns elementos, que podem ser organicamente aproveitados* na gnosilogia realista dialogante, porém, *não pode ser aceito o relativismo cético do subjetivismo*, que elimina no conhecimento da verdade o real inteligível. O autêntico realismo crítico, fundamentado nos dados inegáveis da reflexão completa, evidencia que *não há, no conhecimento da verdade, subjetividade sem objetividade*, como, por outro lado, não há objetividade sem subjetividade. O nosso eu *produz só o ato cognoscitivo* intelectual, que atinge o real. O eu é *ontologicamente* a causa daquele ato, realidade psíquica espiritual, mas *na ordem intencional* de conhecer — diferente — *é o real inteligível*, que, manifestando-se na reflexão completa ao nosso eu inteligente, *produz*,

efetivamente, em virtude da clareza objetiva inteligível, o conhecimento da verdade. Para conhecer a verdade é necessário conhecer que assim como está apresentado pela apreensão, é ou não é, pode ser ou não pode ser. Por conseguinte, o nosso eu não é a causa eficiente do conhecimento da verdade. Esta causa noética é o real inteligível ou, melhor, a necessidade real inteligível, que determina e especifica o conhecimento. Porém, sem o nosso eu, capaz de conhecer o real, não se dá o conhecimento da verdade. Resulta, pois, que o nosso eu, que unifica subjetivamente na totalidade a diversidade de elementos inter-relacionados intencionalmente, constitui um dos requisitos últimos da possibilidade do conhecimento da verdade apenas como uma condição necessária. O requisito último desta possibilidade no sentido efetivo é o real ou ente inteligível, que se impõe ao nosso eu como sujeito cognoscitivo e o determina.

Um exame introspectivo sincero dos juízos que emitimos ressalta o seguinte: *quando o pensado — uma essência (entendida aqui num sentido amplo, isto é, não só como um conteúdo inteligível específico ou genérico, mas também como todo e qualquer conteúdo inteligível separado intencionalmente pela abstração da singularidade concreta) — não se descobre pelo eu plenamente reflexivo como relacionado com o ser, isto é, até que não aparece que o conteúdo inteligível apresentado apreensivamente “é” ou “não é”, “pode ser” ou “não pode ser”, o nosso eu não está plenamente no real. Por isso, nós não julgamos com verdade e certeza, não sabemos, ignoramos, duvidamos... Nós erramos, quando julgamos levados por alguma aparência, não nos guiando pelo real inteligível. Quando, porém, descobrimos que o que estamos pensando — a essência — “é” ou “não é”, “pode ser” ou “não pode ser”, saímos resolutos do erro e de outros estados mentais imperfeitos e julgamos, em virtude do real descoberto, produzindo sentenças afirmativas ou negativas verdadeiras e certas.*

Eis a *objetivação* do conhecimento no sentido realista! O nosso eu não só unifica o nosso conhecimento em virtude da reflexão completa, mas também o *objetiviza autenticamente*, porque conhecendo criticamente o ato cognoscitivo de algo, encontramos este “algo” — o real — *como oposto àquele ato — como objeto no sentido realista.*

Esta objetivação inclui também a *absolutização* do nosso conhecimento do real, porque descobrindo, pela reflexão completa, o ato apreensivo como cognoscitivo do real, que se impõe e se opõe ao nosso eu, *descobrimos o real como independente do ato cognoscitivo, como determinante e especificamente do ato. Não é, pois, o eu cognoscente que rege o real, mas é o real inteligível que rege o nosso eu cognoscente!*

Esta objetivização absolutizante salva o nosso filosofar do subjetivismo relativista, porque *revela, fundamentalmente em três dimensões críticas, que o nosso conhecimento é inseparável do real*. Estamos inseridos assim no *realismo crítico natural*, que constitui uma *resposta consistente ao problema crítico do conhecimento, não só nos seus aspectos gerais, mas também nos seus aspectos especiais*.

VIII. Conclusão final

Como o real — *objeto do conhecimento* — possui a *unidade*, assim também o *sujeito do conhecimento*, o nosso eu, tem próprio ser e, por conseguinte, a *própria unidade*. O homem é *um ente uno na dualidade do corpo e da alma*, possuindo uma *unidade substancial* e a *individualidade*, como o *revela gnosiologicamente a consciência do nosso eu uno e indiviso*. Este modo humano de ser determina o *nosso modo de conhecer*, que é *sensitivo, abstrativo, partindo dos dados concretos da experiência externa e interna, reflexivo e judicatório*. Este modo de conhecer *pertence à nossa subjetividade*, como muitas *outras operações, tendências, exigências biológicas e psicológicas, com suas leis imanentes, tendendo cada uma para um fim natural próprio e convergindo todas finalisticamente para o bem do homem como todo*. A estrutura *cognoscitiva* pluridimensional não constitui uma exceção neste dinamismo teleológico geral da pessoa humana. Porém, a estrutura *dinâmica cognoscitiva*, possuindo o seu modo próprio de operar, não nos fecha na *subjetividade pura ou na imanência*, separando-nos da realidade. A *reflexão completa nos leva e eleva para o real, transcendente do ato cognoscitivo*. Mais! Em virtude do seu objeto formal, o nosso intelecto está aberto no seu *transcender-se ilimitadamente*, para conhecer tudo o que é de qualquer maneira, porém *processando-se sempre conforme o seu modo próprio de ser*, que *não é de um espírito puro, mas de indivíduo corporal*. Dependendo deste modo, o nosso intelecto tem um *atuar-se progressivo*, desvelando ou “*decifrando*” sucessivamente a *inteligibilidade da realidade conforme algum ângulo ou aspecto, sem poder esgotar a inteligibilidade total da realidade*. O nosso intelecto não é “*arquétipo*” ou *infinitamente perfeito*, capaz de um conhecimento *compreensivo ou total*, não havendo a *progressividade sucessiva*. Temos um intelecto apenas *apreensivo*, que atinge a coisa em si sob tal ou tal ponto de vista, *limitado no seu alcance dentro da mencionada abertura ilimitada*. Daí não podemos concluir que ele não atinge o real. Para concretizar-se do conhecimento humano do real é suficiente que *aquilo que conhecemos se verifique na realidade* e não é exigido, nem possível, conforme o nosso modo de ser, que *esgotemos toda a inteligibilidade da realidade*. O nosso intelecto é

intuitivo em relação aos dados da experiência interna, fisicamente presentes ao intelecto reflexivo e em relação ao sujeito destes dados concretos. Quando conhece raciocinando o *infinito*, o conhece de um *modo finito*. Quando conhecemos abstrativamente, despojamos do invólucro individual e concreto a essência, de que é revestida conforme o seu modo de ser. Deste modo atingimos a essência universalmente, que pertence à nossa subjetividade. Não resulta assim a *deformação da realidade*, porque o que entendemos abstrativamente *se verifica na realidade*, como nós nos certificamos pela reflexão completa. A deformação da realidade resultaria, se o nosso intelecto abstraído *eliminasse o que ela possui* ou atribuísse à coisa o *que ela não tem*. Isto não acontece, porque o intelecto, abstraído em qualquer maneira, capta com espontaneidade natural os *aspectos inteligíveis* da realidade. Precisamente nestes conteúdos inteligíveis apresentados o intelecto encontra naturalmente os pressupostos, que estimulam para operação ulterior *reflexivo-crítica*, ressaltando ainda mais a sua *finitude* operacional. Em virtude desta reflexão — reflexão completa — descemos com segurança sobre o ser e, ligando intencionalmente a *essência* ao ser, atingimos o real, que não é só o ser, nem só a essência, mas a configuração ontológica da essência com o ser participado.

Endereço do autor:
Rua Marquês de São Vicente, 293
22451 — Rio de Janeiro — RJ